



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa
Europski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament
Parlament Ewropew Europees Parlement Parliament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

S. E. o Ministro das Finanças
Doutor Mário Centeno,

Bruxelas, 19 de outubro de 2017

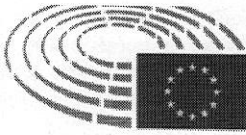
Caro Professor Mário Centeno,

A 4 de julho de 2017, o Parlamento Europeu aprovou o relatório sobre a proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2013/34/UE no que respeita à divulgação de informações relativas ao imposto sobre o rendimento por determinadas empresas e sucursais (COM(2016)0198 – C8-0146/2016 – 2016/0107(COD)). Nesse relatório, o Parlamento Europeu aprovou a imposição da publicação de relatórios anuais por país (“country by country reporting - CBCR”) por parte das grandes empresas multinacionais europeias.

Esta é uma proposta que visa aumentar a transparência e a responsabilidade social das empresas, assim como combater a elisão e evasão fiscais, a corrupção e outros eventuais pagamentos ilícitos a governos estrangeiros. Após os numerosos escândalos que fizeram as manchetes das notícias nos últimos anos, o Parlamento entende que a UE tem o dever de dar resposta às expectativas legítimas dos cidadãos e pequenas e médias empresas, e garantir, com eficácia e escrutínio público, uma atuação transparente, íntegra e legal das nossas grandes empresas.

O futuro do CBCR público - e gostaria de frisar que a sua publicação é crucial para atingir os objetivos que mencionei, pois permite escrutínio público e não apenas por parte de autoridades fiscais - está agora nas mãos do Conselho da União Europeia, co-legislador na matéria. Fui informada de que vários Estados, incluindo Portugal, parecem questionar a base jurídica do texto tal como proposto pela Comissão Europeia, visando transformar a proposta numa questão fiscal que, em primeiro lugar, reduziria drasticamente as hipóteses de o projeto ser adotado (pois exige unanimidade no Conselho) e, por outro lado, evitaria a intervenção do Parlamento no processo legislativo, enviando um sinal perigoso de que a transparência empresarial é uma questão de harmonização fiscal.

Tal como é defendido pela Comissão e pelo Parlamento, esta é uma matéria que respeita à apresentação da contabilidade das empresas, e não aos impostos que elas pagam. Esta é uma discussão trazida às negociações porque há Estados-Membros que, claramente, não querem legislação europeia com CBCR público, pois isso afetaria os interesses do seu setor financeiro e empresarial, que utilizam leis e práticas nacionais, assim como acordos com países terceiros, para evitar pagar impostos, mantendo o status quo.



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa
Europski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Europos Parliamentas Európai Parlament
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

Sendo Portugal um dos Estados-Membros que mais sai prejudicado com estes esquemas de concorrência fiscal desleal, é inaceitável que o governo português se posicione de uma forma complacente com estes interesses, que ameaçam a coesão e justiça fiscal na Europa. A adoção e implementação do CBCR público é, aliás, uma das prioridades políticas do Grupo dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu. O CBCR público já é imposto, de resto, ao setor bancário e à indústria extrativa.

Nesse sentido, peço a V. Exa que me habilite com respostas às seguintes questões:

1. Apoia Portugal a proposta respeitante à divulgação de informações relativas ao imposto sobre o rendimento por determinadas empresas e sucursais, de acordo com a base legal determinada pela Comissão Europeia?
2. Apoia Portugal a referida proposta na versão votada pelo Parlamento Europeu, em que se impõe CBCR público relativo a atividades em todos os países, e a todas as empresas multinacionais europeias acima de uma certa dimensão?

Com o mais cordial espírito

Ana Gomes
Deputada ao Parlamento Europeu